

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 14 de novembro de 2025 às 08h01*  
*Seleção de Notícias*

Jota Info | BR

Marco regulatório | INPI

O Cade entre a retórica e a prática .....	3
---	---

Migalhas | BR

13 de novembro de 2025 | Marco regulatório | INPI

A marca no domínio comum: O caso "Língua de Gato" e os limites da exclusividade no Direito Marcário brasileiro .....	5
--	---

Terra - Notícias | BR

13 de novembro de 2025 | Direitos Autorais

Facebook e Google recorrem de decisão do STF que ampliou responsabilidade das redes .....	9
---	---

LAVÍNIA KAUCZ

Carta Capital Online | BR

Patentes

O financiamento climático exige um novo olhar econômico .....	11
---	----

Consultor Jurídico | BR

13 de novembro de 2025 | Marco regulatório | INPI

INPI registrou 166 mil novas marcas e 13 mil novas patentes em 2024 .....	14
---	----

## O Cade entre a retórica e a prática



É necessário assumir que o equilíbrio entre **propriedade** intelectual e concorrência é uma questão de política pública

O debate sobre o licenciamento de Standard Essential Patents (SEPs), as chamadas patentes essenciais a padrões, revela uma contradição persistente na atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Essas patentes protegem invenções indispensáveis à implementação de produtos e serviços amplamente utilizados, como celulares e dispositivos 5G. O desafio está em equilibrar o direito de exclusividade do titular com o acesso de outros desenvolvedores a essa tecnologia.

Em julho de 2025, o Cade reconheceu que, embora as SEPs favoreçam a interoperabilidade e a inovação, também podem criar espaços para abusos. Entre as condutas problemáticas, a autarquia citou práticas como recusa de licenciar tecnologias essenciais (essential facilities), a cobrança de royalties excessivos após a adoção do padrão (hold-up), o acúmulo de royalties de diferentes detentores (royalty stacking), e o uso de litígios simulados (sham litigation) com o propósito exclusivo de excluir concorrentes.

Na teoria, trata-se de um avanço. Na prática, porém, o

histórico do Cade revela uma dificuldade em definir até onde vai o direito de exclusividade e onde começa o abuso de poder econômico. Um caso envolvendo Motorola, Lenovo e Ericsson ilustra bem essa ambiguidade.

Em maio de 2024, as duas primeiras empresas acusaram a Ericsson de cobrar royalties abusivos sobre smartphones por tecnologia 5G. A Ericsson respondeu que as denunciadas violavam seus direitos ao recusar um acordo global de licenciamento nos termos da FRAND - compromisso que busca garantir condições justas e não discriminatórias.

Em dezembro, o Cade rejeitou um pedido de medida preventiva por não identificar indícios de conduta anticompetitiva. Meses depois, em abril de 2025, decidiu abrir inquérito administrativo para investigar possíveis práticas discriminatórias. O vai e vem do caso expôs, mais uma vez, a falta de um critério claro de atuação da autoridade antitruste diante de disputas envolvendo **propriedade** intelectual e concorrência.

Essa oscilação não é nova. Desde os anos 1990, o Cade alterna períodos de maior intervenção e fases de retração. Em 2010, a autarquia puniu empresas que ajuizavam ações repetitivas apenas para excluir concorrentes do mercado televisivo, reconhecendo o abuso do direito de ação. Em 2015, multou a farmacêutica Eli Lilly por tentar prolongar indevidamente a exclusividade de um medicamento contra o câncer de mama.

Mas, em 2018, no caso Anfape, que investigou montadoras por restringirem o mercado de autopeças com base em desenhos industriais, o Cade mudou de direção. Entendeu que os efeitos negativos da exclusividade eram "inerentes" ao direito de patente e que não caberia intervir. O resultado foi uma postura de deferência ao **INPI** e a outros órgãos reguladores, o que reduziu a margem de intervenção concorrencial.

Continuação: O Cade entre a retórica e a prática

O problema é que, ao tratar os efeitos anticompetitivos como naturais à exclusividade legal, o Cade acaba abrindo espaço para que direitos de **propriedade** intelectual se tornem barreiras estruturais à inovação. No caso das SEPs, o risco é ainda maior: quem controla uma tecnologia essencial pode determinar quem entra, e quem fica de fora, de todo um mercado. O titular passa a deter um poder que vai além do direito de exclusividade. Nessa situação, a ausência de intervenção concorrencial não preserva a inovação; ao contrário, pode sufocá-la.

O recente esforço do Cade para discutir o tema é positivo. Mas se a autarquia quiser atuar de forma efe-

tiva, precisará superar essa ambiguidade. Caso contrário, continuará oscilando entre a retórica da defesa da concorrência e a prática da autolimitação.

É necessário assumir que o equilíbrio entre **propriedade** intelectual e concorrência não é uma questão meramente formal, mas uma questão de política pública. E, nesse intervalo, a economia da inovação segue refém da incerteza, sem saber se o Estado brasileiro protegerá a livre concorrência ou continuará hesitando diante do poder concentrado que as patentes, em nome da inovação, acabam por legitimar.

# A marca no domínio comum: O caso "Língua de Gato" e os limites da exclusividade no Direito Marcário brasileiro



O caso "Língua de Gato" ilustra limites à registrabilidade de marcas genéricas, protegendo a livre concorrência e o interesse público.

1. Introdução: Os fundamentos da proteção das marcas A propriedade intelectual, em especial no que tange à proteção de marcas, desempenha papel central na organização das relações de mercado contemporâneas, ao permitir que agentes econômicos distingam seus produtos e serviços por meio de signos reconhecíveis pelo consumidor. O registro de marca confere propriedade e garante ao titular o direito ao uso exclusivo do sinal distintivo visualmente perceptível em todo o território nacional, nos termos do art. 122 e 129 da lei 9.279/96 (LPI - Lei de Propriedade Industrial). É um sinal da necessidade de se equilibrar tal exclusividade que, entretanto, e o mesmo tempo, o sistema de proteção marcária exija a observância a limites normativos que visam impedir o uso indevido desse instrumento como mecanismo de exclusão concorrencial, sobretudo quando se trata da tentativa de apropriação de expressões de uso comum, genérico ou descritivo.

Diante desse contexto, o ordenamento jurídico brasileiro, por meio da lei de propriedade industrial, consagra, em seu art. 124, um conjunto de restrições ao registro de determinadas espécies de sinais distintivos. Entre essas limitações, destaca-se, para fins da análise proposta neste artigo, a do Inciso VI, que traz a vedação à registrabilidade de sinal genérico, comum, meramente descritivo ou de uso necessário, justamente para evitar a constituição de exclusividade indevida sobre elementos do vocabulário comercial que devam permanecer disponíveis a todos os agentes do mercado. O objetivo central da norma é preservar a função distintiva da marca e assegurar que o direito de exclusiva se aplique apenas a sinais que verdadeiramente cumpram o papel de individualizar produtos e serviços de um determinado titular. O presente artigo analisa um caso paradigmático da jurisprudência brasileira envolvendo a marca nominativa "Língua de Gato", detida por companhia brasileira.

A controvérsia teve início com ação judicial promovida por empresa concorrente, que buscava a nulidade dos registros da expressão "Língua de Gato" no **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, sob a alegação de ausência de distintividade e caráter genérico da expressão, amplamente conhecida no Brasil e no exterior para designar um tipo específico de chocolate oblongo e achatado. A partir da análise jurisprudencial e do suporte teórico, pretende-se demonstrar que a proteção marcária deve estar comprometida com a realização dos princípios constitucionais da função social da propriedade, da livre iniciativa e da livre concorrência, não podendo ser instrumentalizada para a criação de reservas artificiais de mercado em detrimento do interesse público. 2. O caso "Língua de Gato": Quando o nome é de todos A análise do caso envolvendo a tentativa de exclusividade sobre a marca nominativa "Língua de

Continuação: A marca no domínio comum: O caso "Língua de Gato" e os limites da exclusividade no Direito Marcário brasileiro

Gato" como adiantado, permite uma reflexão aprofundada sobre os limites impostos ao direito marcário, em especial à luz do art.

124, inciso VI, que veda o registro de sinais genéricos, necessários, comuns, vulgares ou meramente descritivos. A controvérsia gira em torno da possibilidade jurídica de apropriação, por meio de registro de marca, de uma expressão que, ao longo de décadas, consolidou-se como referência genérica para um tipo específico de chocolate oblongo e achatado conhecido tanto no Brasil quanto no exterior como "língua de gato". A disputa judicial instaurada em face do INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial e da empresa titular do registro da marca, tinha como objetivo declarar a nulidade de dois registros 906.413.478 e 906.413.966, relativos à marca nominativa "Língua de Gato". A autora sustentou que a expressão não possuía distintividade suficiente para ser objeto de proteção exclusiva, por configurar denominação de uso comum no setor de confeitaria, especialmente na indústria chocolateria.

Argumentou, ainda, que tal expressão remonta ao século XIX, com uso disseminado em diversos países europeus, sendo identificada, por exemplo, como "cat's tongue" em inglês, "langue de chat" em francês e "katzenzungen" em alemão. Tal historicidade reforçaria sua natureza genérica e o consequente impedimento ao registro com exclusividade. Em primeira instância, o pedido foi julgado parcialmente procedente, tendo sido acolhida a tese de que a expressão "Língua de Gato" seria genérica para chocolates, mas não para outros produtos não alimentícios. Reconheceu-se, assim, a nulidade de um dos registros, de classe envolvendo produtos como chocolates e doces, sob a fundamentação de se tratar de termo descritivo e de uso comum. Entretanto, o segundo registro, referente a produtos não vinculados ao segmento de chocolates, foi mantido. Na visão da julgadora, a ausência de vínculo direto com o objeto alimentício justificaria o afastamento da natureza descritiva da marca, permitindo, assim, sua proteção em outras classes.

Tal distinção foi superada pelo TRF-2, por ocasião do julgamento das apelações interpostas por ambas

as partes. A 2ª turma Especializada, por unanimidade, reformou parcialmente a sentença para declarar também a nulidade do segundo registro. O acórdão promoveu análise mais rigorosa quanto à função descritiva do sinal nominativo, concluindo que a exclusividade sobre a expressão "Língua de Gato" comprometeria os princípios fundamentais que regem a disciplina marcária, como a função social da marca, a proteção ao consumidor e a vedação à concentração de mercado por meio do monopólio de sinais de uso necessário. A Corte entendeu que a expressão "Língua de Gato" não deteria distintividade capaz de autorizar o seu registro como marca nominativa, sendo termo que identifica espécie de produto dentro de uma categoria alimentícia amplamente difundida, e que, por isso, não poderia ser apropriado por nenhuma empresa em caráter exclusivo, ainda que se tentasse estender sua proteção a produtos correlatos ou acessórios.

Nesse sentido, o TRF-2 pontuou que a manutenção do segundo registro poderia gerar confusão ou associação indevida entre produtos de diferentes fabricantes, implicando barreira injustificada ao ingresso de novos agentes no mercado. Além disso, o acórdão destacou que as marcas nominativas e mistas possuem regimes de proteção distintos. A marca mista protege a impressão geral gerada pela combinação de elementos visuais e textuais, não sendo o elemento nominativo isoladamente protegível. Como no caso não foram impugnados registros mistos, mas exclusivamente os registros nominativos, entendeu-se que não havia incongruência em invalidar os registros com base na ausência de distintividade da expressão isolada. A decisão do TRF-2 reforça a função limitadora do art. 124 da LPI, cuja ratio legis reside na necessidade de garantir a livre utilização de sinais que são de interesse coletivo e uso necessário no comércio.

Trata-se de norma que expressa equilíbrio entre a proteção da inovação e a liberdade de mercado, impedindo que empresas utilizem o instituto da marca como instrumento de apropriação indevida de expressões que devem permanecer acessíveis a todos os agentes econômicos. Ao vedar o registro de sinais

Continuação: A marca no domínio comum: O caso "Língua de Gato" e os limites da exclusividade no Direito Marcário brasileiro

genéricos e descritivos, o legislador buscou preservar o espaço concorrencial e assegurar que marcas cumpram sua função principal, qual seja, distinguir produtos ou serviços de diferentes origens empresariais, e não monopolizar características ou denominações próprias da categoria a que pertencem. Nesse contexto, evidencia-se que o arbítrio conferido ao titular de registro marcário encontra limite na própria CF/88, de modo que "a propriedade, e especialmente aquela resultante das patentes e demais direitos industriais, não é absoluta - ela só existe em atenção ao seu interesse social e para propiciar o desenvolvimento tecnológico e econômico do País" 1. Assim, ao vedar o uso exclusivo da expressão "Língua de Gato", o TRF-2 não apenas resguarda a livre concorrência e a função distintiva das marcas, mas também reafirma que nenhum agente pode se apropriar de sinal que designa categoria de produto, sob pena de ferir o interesse público e o desenvolvimento econômico tutelados pela lei de propriedade industrial. Acresce-se que a marca exerce função que transcende a mera identificação de produtos ou serviços, constituindo-se como instrumento estratégico de diferenciação no mercado e de estímulo ao consumo. Como destaca Denis Borges Barbosa, a marca atua, antes de tudo, como um identificador da origem de produtos, serviços ou mercadorias. Quando utilizada com finalidade publicitária, além de indicar a procedência, busca estimular o consumo e fortalecer a imagem do negócio. A proteção jurídica das marcas tem por objetivo, em primeiro plano, preservar o investimento realizado pelo empresário e, em segundo, garantir que o consumidor possa diferenciar produtos de boa ou má qualidade 2.

A decisão também dialoga com a doutrina ao reconhecer que termos do domínio comum não podem ser objeto de apropriação exclusiva, justamente por carecerem de novidade e distintividade. Nas palavras de Denis Borges Barbosa, "a marca do domínio comum também é irregistrável, mas convencionou-se reservar a noção de novidade para as marcas que não estão no domínio comum, e que não tenham sido previamente apropriadas dentro dos limites de sua especialidade" 3. Assim, mesmo que a marca não te-

nha sido anteriormente registrada, sua inserção no vocabulário comum e sua utilização descritiva consolidada no setor de confeitaria inviabilizariam o preenchimento do requisito de novidade, tornando ilegítima sua proteção como marca nominativa. Como aponta Denis Borges Barbosa, não é possível conceder propriedade exclusiva sobre algo que já é de uso alheio, como ocorre com expressões verbais de uso comum; apropriar-se delas para proveito de uma pessoa só seria tão absurdo quanto cercar uma praça e construir nela uma casa para uso privado.

4 O símbolo pretendido como marca, portanto, deve se destacar suficientemente do vocabulário comum para justificar sua exclusividade. No caso analisado, a tentativa de exclusividade sobre o uso da expressão "Língua de Gato" configuraria afronta à função social da marca, cabendo ao Judiciário, como o fez o TRF-2, repelir pretensões que cerceiem o uso coletivo da linguagem e limitem indevidamente a atividade econômica de terceiros. Ao proibir o uso exclusivo de um sinal que designa diretamente a natureza e a forma de um produto, o Tribunal protege não apenas o mercado, mas também o consumidor, que tem direito à clareza na identificação dos produtos. O uso de um termo descritivo como marca registrada poderia induzir o consumidor à falsa crença de que se trata de um produto exclusivo ou de qualidade superior, apenas em razão da apropriação do termo comum. Outro aspecto relevante é a função preventiva e pedagógica da jurisprudência administrativa e judicial sobre registros marcários.

Empresas que tentem registrar expressões de uso comum ou genéricas deverão, à luz deste caso, rever suas práticas e, se for o caso, demonstrar de forma robusta a aquisição de distintividade por meio de uso continuado e reconhecido no mercado (o chamado *secondary meaning*), o que não ocorreu no caso em análise. 3. Conclusão: A existência de limites à registrabilidade Em conclusão, o caso "Língua de Gato" representa um exemplo paradigmático de aplicação dos princípios que regem o direito marcário no Brasil. Ao impedir a utilização de um termo comum e amplamente utilizado, a decisão busca fortalecer os fundamentos constitucionais da livre

Continuação: A marca no domínio comum: O caso "Língua de Gato" e os limites da exclusividade no Direito Marcário brasileiro

iniciativa, da vedação à concorrência desleal e da função social da propriedade. Revela-se, portanto, como um marco interpretativo na jurisprudência sobre os limites da registrabilidade de sinais distintivos nominativos, contribuindo para o amadurecimento da proteção à propriedade intelectual em conformidade com os interesses públicos e econômicos da sociedade.

\_\_\_\_\_ 1 BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 24. 2 Id., p. 698. 3 Id., p. 705. 4 Id., p. 710.



## Facebook e Google recorrem de decisão do STF que ampliou responsabilidade das redes

Empresas querem que tribunal esclareça alcance da decisão sobre retirada de conteúdos

BRASÍLIA - O Facebook e o Google recorreram da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ampliou a responsabilidade das redes sociais por conteúdos ilícitos publicados pelos usuários. As empresas pedem que o Supremo corrija pontos omissos e contraditórios da decisão, entre eles a definição do início de incidência das novas regras.

No julgamento realizado em junho, o Tribunal decidiu que o artigo 19 do Marco Civil da **Internet**, que isenta plataformas de responder por danos causados pelas postagens, é parcialmente inconstitucional. A decisão estabelece que o artigo 19 só permanece válido nos casos de crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação).

Em todos os outros crimes, aplica-se o artigo 21, que prevê a retirada do conteúdo logo após a notificação do usuário. Esse artigo, que prevê exceções ao artigo 19, já é válido em casos de violação a **direitos** autorais e imagens de nudez não autorizada.

As duas empresas pedem que o Supremo esclareça a partir de quando a decisão começa a valer, já que o acórdão se limita a dizer que os efeitos se aplicam ao futuro. "Isso deixa em aberto questões fundamentais sobre sua aplicabilidade a situações pretéritas já discutidas em processos em curso", alega o Facebook.

O Google aponta erro material no uso da expressão "chatbot" nas teses aprovadas pela Corte. Para a empresa, a decisão erra ao usar a palavra como sinônimo de "redes artificiais de distribuição". O "chatbot", na

verdade, é um programa que simula uma conversa humana. Uma das teses aprovadas em junho pelos ministros estabelece que há "presunção de responsabilidade" das redes sociais por conteúdos ilícitos em duas hipóteses: anúncios e impulsionamentos pagos ou "rede artificial de distribuição (chatbot ou robôs)".

Para a gigante da tecnologia, a decisão também tem pontos obscuros em relação aos requisitos que as notificações extrajudiciais devem atender para obrigar a plataforma a remover conteúdos apontados como ilegais. A empresa diz que a definição é "essencial para que se evite uma indústria de notificações e a sobrecarga do próprio Judiciário".

O Facebook pede que o Supremo estabeleça um prazo de transição para a implementação de certas obrigações, como o "dever de cuidado". O conceito visa prevenir a circulação de crimes especialmente graves, como terrorismo, instigação ao suicídio e crimes sexuais. "O julgado impõe deveres de elevada complexidade técnica, jurídica e operacional sem qualquer disciplina temporal para sua implementação, o que cria cenário de insegurança jurídica e inviabiliza, na prática, o atendimento imediato das exigências", argumenta a big tech.

O acórdão do julgamento que amplia a responsabilidade das big techs por conteúdos publicados por terceiros foi publicado pelo Supremo na semana passada. A partir da publicação, abre-se prazo para a interposição de embargos de declaração, que servem para questionar omissões, contradições e obscuridades da decisão.

Continuação: Facebook e Google recorrem de decisão do STF que ampliou responsabilidade das redes

Como mostrou o Estadão, o acórdão do STF sobre o tema é considerado pelo governo como parte do leque de opções para regulamentar o setor. No Palácio do Planalto há avaliação de que o projeto de lei (PL) dos Serviços Digitais (elaborado pelo Ministério da Justiça) - a principal aposta do Executivo para regular as atividades das big techs, uma espécie de su-

cessor do antigo PL das Fake News - pode acabar não sendo enviado ao Congresso. Um dos motivos é que o acórdão do STF, na visão do governo, preenche algumas lacunas da legislação que o PL dos Serviços Digitais visava fechar.

## O financiamento climático exige um novo olhar econômico



Resgatar o papel do Estado como investidor, planejador e garantidor de equidade não é um retrocesso, mas uma condição para um futuro viável

À medida que a COP30 acontece em Belém, no Brasil, fica claro que o financiamento climático está diante de uma encruzilhada. O aumento das temperaturas globais, o avanço das desigualdades e o peso insustentável das dívidas nos países em desenvolvimento convergem para um mesmo ponto: a questão já não é se será preciso mobilizar grandes recursos, mas como, para quem e com que propósito. Sob a ótica do Sul Global, três reflexões são essenciais: a necessidade de vincular o financiamento climático ao desenvolvimento, a importância de combater os mitos fiscais e da dívida, e a oportunidade de repensar o próprio modelo econômico.

Em primeiro lugar, o financiamento climático precisa estar ligado a uma estratégia clara de desenvolvimento. Com frequência, nos debates e negociações climáticas, o desenvolvimento é tratado como algo secundário - ou até indesejável. Essa visão não é realista nem justa, especialmente em países em que reduzir a pobreza, gerar empregos e garantir estabilidade social continuam sendo prioridades urgentes. Ignorar as necessidades de desenvolvimento em nome de um suposto purismo climático não trouxe bons resultados; ao contrário, aprofundou desigualdades e reduziu o apoio político à ação cli-

mática. Uma transição justa e sustentável depende do desenvolvimento - um processo de transformação estrutural - que redefine padrões de produção, consumo, uso da energia, a distribuição de renda e riqueza etc.

Por isso, os fluxos de financiamento climático são mais eficazes quando apoiam prioridades nacionais de diversificação, geração de empregos e inclusão social, e não quando são orientados por objetivos estritamente ambientais. Os investimentos climáticos devem ajudar os países a fortalecer suas indústrias de forma sustentável, ampliar o acesso a energia e a água limpas e aumentar a resiliência das comunidades mais vulneráveis. Quando o financiamento climático está inserido em um planejamento de desenvolvimento coerente, ele deixa de ser um conjunto de ações pontuais e passa a ser uma alavanca de transformação estrutural.

A ideia de que os países em desenvolvimento estão apenas em estágios anteriores de um caminho único rumo à prosperidade é equivocada. Como ressaltava o economista Celso Furtado, o subdesenvolvimento não é uma etapa, mas uma condição estrutural - mantida por assimetrias globais de poder, heranças coloniais e relações comerciais desiguais. Hoje, essas assimetrias se reproduzem na chamada "modernização verde". Muitos países do Sul Global recebem financiamento climático para projetos baseados em tecnologias e **patentes** importadas, o que reforça antigas hierarquias em novas cadeias produtivas. Essa dinâmica é particularmente visível na corrida pelos minerais da transição: enquanto os países em desenvolvimento fornecem as matérias-primas essenciais para a descarbonização, a geração de valor continua concentrada em outros lugares.

A convergência entre proteção ambiental e transformação industrial é possível quando a proteção dos

Continuação: O financiamento climático exige um novo olhar econômico

ecossistemas, as políticas urbanas e industriais inclusivas e a justiça social são tratadas como dimensões interdependentes. Além disso, a transição só terá êxito se incluir trabalhadores, agricultores e populações marginalizadas, conectando a restauração ecológica à geração de empregos dignos e valor local.

O desafio atual é historicamente único. As nações industrializadas cresceram explorando a natureza e os recursos naturais; já os países em desenvolvimento são pressionados a descarbonizar suas economias enquanto ainda lutam para garantir infraestrutura, saúde e educação - muitas vezes sem o financiamento nem as tecnologias verdes necessárias. Superar essa lacuna exige uma visão de ação climática centrada no desenvolvimento, que redefina o financiamento climático como instrumento de mudança estrutural, e não apenas de contabilidade de emissões.

Em segundo lugar, muitos dos principais entraves ao financiamento climático não são econômicos - são políticos. As finanças públicas nunca são neutras: refletem decisões sobre quem paga, quem se beneficia e de quem é o futuro priorizado. Ainda assim, enquanto governantes alegam que "não há espaço fiscal", somas imensas continuam sendo destinadas a subsídios aos combustíveis fósseis, ao pagamento de juros da dívida e aos gastos militares. Sistemas tributários regressivos permitem que a riqueza se concentre no topo e limitam a capacidade dos Estados de financiar bens públicos. O problema, portanto, não é de escassez, mas de alocação: desigualdade na distribuição e uso ineficiente dos recursos.

O financiamento climático precisa ser enquadrado como uma questão de vontade política. Por que não taxar os ultrarricos para financiar infraestrutura verde? Por que não priorizar investimentos climáticos em vez de abrir mão de receitas e de aceitar juros exorbitantes? As restrições fiscais muitas vezes são construções políticas, desenhadas para proteger elites e manter a ilusão de que a austeridade é inevitável. Isso é especialmente preocupante em países que,

após décadas de ortodoxia fiscal, viram o Estado perder sua capacidade de investir em uma transição justa.

Em muitos países em desenvolvimento, o maior obstáculo à ação climática é a dívida externa. Essas nações estão se endividando para enfrentar uma crise que não causaram - e gastando mais com o serviço da dívida do que com resiliência climática ou saúde. A justiça climática deve, portanto, incluir justiça da dívida: reestruturar passivos insustentáveis, reformar os mecanismos multilaterais de crédito e garantir que novos fluxos de financiamento não reproduzam a dependência por meio de instrumentos privados caros. Sem essas mudanças, o financiamento climático continuará operando dentro de uma arquitetura global altamente regressiva, que drena em vez de fortalecer o Sul.

Por fim, a crise climática não é apenas um desafio ambiental ou fiscal - é um convite a repensar a economia em si. O neoliberalismo, com sua fé em mercados desregulados e privatização, mostrou-se incompatível com os limites do planeta. Ferramentas de mercado, como comércio de carbono ou financiamento misto, podem ter seu papel, mas não bastam para garantir uma transição justa e sustentável. Apostar que o capital privado resolverá a crise climática é uma miragem perigosa. O investimento e a liderança públicos precisam definir o rumo, enquanto o setor privado cumpre um papel complementar - e não dominante.

Um novo paradigma econômico deve redefinir o que entendemos por prosperidade, valor e crescimento. A economia precisa ser compreendida como um sistema que sustenta a vida - não apenas que gera lucro. Resgatar o papel do Estado como investidor, planejador e garantidor de equidade não é um retrocesso, mas uma condição para um futuro viável.

Essa transformação exige também reformar as regras globais que moldam o financiamento climático. Os sistemas financeiros e comerciais internacionais ho-

Continuação: O financiamento climático exige um novo olhar econômico

je limitam o espaço de política dos países de baixa e média renda, penalizam políticas industriais verdes e perpetuam ciclos de endividamento que sufocam o investimento transformador. Reformar essas estruturas - incluindo regras de comércio e **propriedade intelectual** que restringem a **transferência** de tecnologia e o conteúdo local - é essencial para alinhar metas climáticas e prioridades de desenvolvimento.

Hoje, o negacionismo climático muitas vezes se disfarça de negacionismo econômico: a recusa em aceitar que uma ação climática verdadeira exige repensar, na raiz, os modos de produção, consumo e distribuição. A transição que temos pela frente pede imaginação e coragem - novas instituições, cooperação renovada e um contrato social que una pessoas, planeta e bem-estar.

O caminho até a COP30 já trouxe uma mudança simbólica. Ao propor o encontro como um grande mutirão global - um esforço coletivo baseado na

solidariedade e na cooperação, e não na competição e no lucro - , o Brasil sinaliza uma nova forma de enfrentar problemas globais. Esse espírito de colaboração, solidariedade e corresponsabilidade deve orientar não apenas as negociações climáticas, mas também a reconstrução da própria governança econômica mundial.

No fim das contas, o financiamento climático precisa ir além da contabilidade de dólares e toneladas de carbono. Sob a perspectiva do Sul Global, ele deve se tornar uma alavanca de transformação estrutural: um instrumento para construir um modelo de desenvolvimento soberano, inclusivo e ecologicamente sólido. Ignorar o papel do desenvolvimento no financiamento climático é pintar de verde antigas hierarquias - e desperdiçar uma oportunidade histórica de construir um mundo mais justo e sustentável.

## INPI registrou 166 mil novas marcas e 13 mil novas patentes em 2024

\* Reportagem publicada no *Anuário da Justiça Direito Empresarial 2025*. A versão impressa está à venda na *Livraria ConJur* (clique aqui). Acesse a versão

**Propriedade** industrial **INPI** registrou 166 mil novas marcas e 13 mil novas patentes em 2024

\* Reportagem publicada no *Anuário da Justiça Direito Empresarial 2025*. A versão impressa está à venda na *Livraria ConJur* (). Acesse a versão digital pelo site do *Anuário da Justiça* (anuario.conjur.com.br).

A inteligência artificial chegou ao **INPI**, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. O órgão, que regula o registro de marcas e patentes e é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, abriu consulta pública para discutir a minuta das Diretrizes de Exame de Pedidos de Patente. A ideia é estabelecer parâmetros sobre o que pode ou não ser patenteado no campo da IA.

Entre as observações do documento, está a de que as invenções geradas de forma autônoma por uma IA, sem qualquer intervenção humana, não são passíveis de proteção por patente, conforme o artigo 6º da Lei de **Propriedade** Industrial (Lei 9.279/1996), uma vez que a autoria deve ser atribuída a uma pessoa natural. "Deste modo, a invenção que consiste num mero acionamento de um sistema de IA como gerador autônomo de soluções, sem qualquer contribuição intelectual da pessoa natural além da simples execução do sistema de IA, não é admitida", prevê o documento. "Entretanto, admite-se que um sistema de IA possa ser usado pelo autor de forma assistida, como ferramenta auxiliar no processo de se chegar a uma invenção, tratando-se de uma invenção assistida por IA", destaca.

A minuta destaca, ainda, que também não são invenções patenteáveis o código-fonte que implementa um algoritmo: "No entanto, uma solução

técnica implementada por um programa de computador, que resulte em um efeito técnico concreto, pode ser considerada uma invenção."

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), por sua vez, publicou, em agosto de 2025, o documento "Contribuições do Cade: Patentes essenciais", que apresenta um estudo sobre patentes e os desafios que elas impõem à concorrência nos mercados tecnológicos. O documento analisa a forma como diferentes países tratam as patentes, com especial atenção à legislação, às práticas judiciais e às diretrizes sobre licenciamento em termos justos, razoáveis e não discriminatórios.

Segundo o presidente do Cade, Gustavo Augusto, o aprofundamento do tema é fundamental diante dos impactos dessas patentes nos mercados de alta tecnologia. "O estudo contribui para ampliar o conhecimento técnico do órgão e fortalecer sua atuação em casos concretos relacionados à **propriedade** intelectual e à defesa da concorrência", disse. O documento foi oferecido como contribuição ao Grupo Técnico de Inteligência em **Propriedade** Industrial, do **INPI**.

Responsável por aplicar normas que regulam a **propriedade** intelectual, o **INPI** oferece serviços como o registro de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos integrados (o desenho de chips), além da concessão de patentes e da averbação de contratos de transferência de tecnologia.

Em 2024, houve um aumento de 10,3% nos pedidos de registro de marcas em relação a 2023. Também apresentaram aumento os pedidos de desenho industrial (3%), programas de computador (25%) e topografias de circuitos integrados (500%). Já os pedidos de patentes totalizaram quase 28 mil, redução inferior a 1% em relação a 2023. Também



Continuação: INPI registrou 166 mil novas marcas e 13 mil novas patentes em 2024

ocorreu queda em contratos de tecnologia (22%) e indicações geográficas (4%). No campo das concessões, tanto o reconhecimento de patentes quanto o registro de marcas sofreram queda da ordem de 30%.

De acordo com o **INPI**, clientes de 82 países solicitaram proteção de patentes em 2024. Entre eles, estão Estados Unidos (28%), Brasil (23%), China (8%), Alemanha (6%) e Suíça (4%). Entre os depósitos de modelo de utilidade, marcas, desenhos industriais e contratos de tecnologia, a maioria dos pedidos foram protocolados por representantes do Brasil.

O **INPI** lançou, em julho de 2025, projeto-piloto para oferecer trâmite prioritário para pedidos de registro de marcas, que garante análise mais rápida em determinadas situações. O serviço será dividido em dois eixos: o primeiro segue critérios legais, como, por exemplo, prioridade para pessoas com mais de 60 anos de idade ou com deficiência, além das empresas de inovação inscritas no Inova Simples; o segundo, dá prioridade, entre outros, a quem precisa do registro para liberar recurso público, quem está envolvido em ação judicial, quem tem produto ou serviço ligado a uma patente com trâmite prioritário e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT).

À ConJur, o advogado Felipe Dannemann Lundgren, sócio do escritório Dannemann Siemsen, disse que "qualquer possibilidade de priorização é benéfica para o mercado como um todo e os itens colocados são bastante razoáveis e estão em linha com o que já é aplicado para patentes". Já a advogada Izabela Felizate Botta, do escritório Mariana Valverde Advogados, afirmou que para empresas e empreendedores, reduzir o tempo de análise de marca é um avanço estratégico. "A proteção antecipada oferece segurança para lançar produtos, firmar parcerias e expandir para novos mercados com menor risco de disputas. Em setores inovadores ou altamente competitivos, essa agilidade pode ser determinante para

garantir posição de liderança e aproveitar oportunidades comerciais no momento certo", disse.

Também em 2025 o **INPI** aumentou o valor para registro de **propriedade** intelectual. Esse foi o primeiro reajuste desde 2012 e, segundo o órgão, vai recompor a defasagem inflacionária. O reajuste médio é de 24,1%. Além dos reajustes, foram redefinidas as regras de descontos e isenções, passando a ser concedido desconto de 50% nas retribuições de determinados serviços para pessoas físicas, microempreendedor individual e empresas de pequeno porte, instituições científicas, entre outros. Permanecem isentas pessoas com deficiência e hipossuficientes.

ANUÁRIO DA JUSTIÇA DIREITO EMPRESARIAL 2025

ISSN: 2965-4580

Número de páginas: 172

Versão impressa: R\$ 50, à venda na Livraria ConJur

Versão digital: gratuita, disponível no site [anuario.conjur.com.br](http://anuario.conjur.com.br) ou pelo app Anuário da Justiça

ANUNCIARAM NESTA EDIÇÃO

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Basilio Advogados

Bermudes Advogados

Billalba Carvalho Sociedade de Advogados

Bottini & Tamasauskas Advogados

Bradesco S.A.

Continuação: INPI registrou 166 mil novas marcas e 13 mil novas patentes em 2024

Calábria e Villa Gonzalez Advogados Associados	Heleno Torres Advogados
Caselli Guimarães Advogados	JBS S.A.
Cecilia Mello Advogados	Laspro Consultores
Clèmerson Merlin Clève Advogados Associados	Leite, Tosto e Barros Advogados
Clito Fornaciari Júnior - Advocacia	Lopes Pinto Advogados Associados
Coimbra e Paixão Sociedade de Advogados	Lucon Advogados
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	Mauler Advogados
Décio Freire Advogados	Moraes Pitombo Advogados
Diamantino Advogados	Mubarak Advogados
Dias de Souza Advogados	Pardo Advogados Associados
Engholm Cardoso & Capez Advogados Associados	Salomão Advogados
Febraban - Federação Brasileira dos Bancos	Warde Advogados
Fidalgo Advogados	Zucare Advogados Associados
Fit Combustíveis	Rayane FernandesÉ Repórter Da Revista
Hasson Sayeg, Novaes e Venturole Advogados	



## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**  
3, 5, 11, 14

**Marco regulatório | INPI**  
3, 5, 14

**Propriedade Industrial**  
5, 14

**Direitos Autorais**  
9

**Inovação**  
11

**Patentes**  
11